

"Vou fazer com que se cumpra estritamente o que está no programa econômico."

Ricardo López Murphy, novo ministro da Economia da Argentina, ontem ao assumir o cargo, sobre as estratégias do governo para a recuperação da economia

## Desigualdade, crescimento e combate à pobreza



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

A desigualdade está para o Brasil assim como a violência está para a Colômbia ou a discriminação racial está para a África do Sul.

A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo. No Brasil, os 10% mais ricos detêm quase 50% da renda nacional. Ao passo que os 50% mais pobres se apropriam de pouco mais de 10% da renda nacional. Ou seja, a renda individual do grupo de elite é quase 25 vezes aquela observada no grupo mais pobre.

Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini. O indicador varia entre zero e um. Numa situação utópica, na qual a renda de todos fosse exatamente igual,

o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,59 correspondente ao nosso Gini, não precisa ser gênio: nós estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Se, de um lado, a desigualdade é nossa principal chaga, essa mesma desigualdade abre espaço para a implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29), a erradicação da miséria passa pelo crescimento. No caso brasileiro, políticas antidisigualdade constituem um aliado fundamental na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de indigentes no Brasil — indivíduos que vivem com menos de R\$ 76 por mês, uma quantia insuficien-

te para suprir as suas necessidades alimentares básicas — cairá dos atuais 29,3% para 24,1%, se a renda per capita nacional crescer 4% ao ano por cinco anos consecutivos.

Isso significa que quase 9 milhões de brasileiros atravessarão a linha da indi-

**Reduzir a desigualdade durante booms econômicos parece mais palatável do que em recessões, quando perdas estão sendo repartidas**

gência nos próximos anos, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se o crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de 21,5% fosse combinada com uma queda de 8,5% do Gini, a indigência brasileira cairia quase à metade (46%).

Situação da Indigência  
No Brasil (1999/2000)

Variáveis/ cenários	Renda familiar (R\$)	Proporção/ indigentes (%)	Milhões de indigentes
Situação atual	262	29,3	49,675
Caso 1*	318	24,08	40,828
Caso 2**	262	21,01	35,624
Caso 3***	318	15,79	26,777

Fonte: PNAD99 e Cens2000 - IBGE  
Elaboração: CPS/IBRE/FGV  
\* Crescimento per capita de 21,5% (19% a.a. por cinco anos)  
\*\* Redução da desigualdade (Gini) em 8,5%, sem crescimento do PIB  
\*\*\* Combinação de crescimento da renda com redução da desigualdade

A proporção de indigentes passaria para 15,79%. Ou seja: os 49,6 milhões de pobres iniciais se reduziram para 26,7 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,59 para os níveis de 0,54 encontrados no Estado de São Paulo.

Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substancialmente mesmo se o

país deixasse de crescer nos próximos cinco anos. A redução do Gini de 8,5% sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 8,3 pontos de porcentagem contra 5,1 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes. Esses números indicam a má distribuição de renda como causa fundamental da miséria brasileira e que aí reside a sua solução.

Reduzir a desigualdade durante um boom econômico parece politicamente mais palatável do que em recessões, quando perdas estão sendo repartidas. Nesse sentido, a situação atual de crescimento e relativo consenso na opinião pública em relação à necessidade de se promover a justiça social é privilegiada. A fixação de compromissos com metas sociais seria hoje particularmente proveitosa.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br